

## SEMANA 03 – ANÁLISE – REDAÇÃO NOTA 1000 ENEM 2019

**Ana Flávia Pereira - 20 anos | Uberlândia – MG**

Na obra "Brasil: uma biografia", as historiadoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling apontam ao leitor as idiossincrasias da sociedade brasileira. Dentre elas destaca-se "a difícil e tortuosa construção da cidadania". Embora o país possua uma das legislações mais avançadas do mundo, muito do que nela se prevê não se concretiza. Tal fato é evidenciado no âmbito da democratização do acesso ao cinema, tendo em vista que apesar dos brasileiros possuírem o acesso à cultura como direito constitucional, a ineficiência do Estado associado a uma cultura de aceitação por parte dos brasileiros faz com que a cidadania não seja gozada por todos de maneira plena.

Em primeiro plano, a ineficiência do Estado em aplicar leis que garantam o acesso à cultura restringe a cidadania dos indivíduos. Seja pela dificuldade em administrar recursos em um território de dimensões continentais, seja pela falta de interesse dos órgãos públicos em promover o desenvolvimento sociocultural democrático das regiões afastadas do centro vanguardista nacional, existe uma parcela significativa da população sem acesso ao cinema. Dados oficiais do governo indicam que atualmente existem 2200 salas de cinema no país, entretanto, o Brasil possui mais de 200 milhões de habitantes, o que indica que a democratização do entretenimento cinematográfico é um processo lento e até mesmo o utópico.

Ademais, a aceitação da restrição da cidadania por parte dos brasileiros provém de um ensino ineficaz e muitas vezes inexistente que acarreta falta de conhecimento sobre os direitos individuais. No livro "Vidas Secas" de Graciliano Ramos, o protagonista Fabiano, desprovido do acesso ao conhecimento, acabava sendo explorado e humilhado por aqueles que detém o saber. Nesse viés, sendo a arte uma mera reprodução da realidade, hoje são milhares os fabianos no Brasil. Dessa forma, a ampliação do acesso à cultura por meio do cinema é imperativa para alertar os brasileiros sobre sua condição de marginalização cultural e para inseri-los no acesso à arte.

Portanto, pode-se inferir que a democratização do acesso ao cinema no Brasil é um tema relevante e que carece de soluções. Sendo assim, cabe ao Governo Federal direcionar recursos para regiões marginalizadas do eixo vanguardista brasileiro, por meio da definição de uma agenda econômica que democratize o acesso à cultura, a fim de promover o desenvolvimento sociocultural igualitário dos cidadãos. Além disso, cabe ao Ministério da Educação promover palestras, em associação com a indústria cinematográfica, bem como incentivar a produção de curta-metragens, no intuito de conscientizar os brasileiros sobre o direito do acesso à cultura e sobre o papel do cinema na emancipação individual das amarras sociais. Assim, a construção da cidadania será facilitada e os fabianos se tornarão, de fato, cidadãos plenos.